

Outubro de 2025

126 BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



Equador: uma greve de comunidade e território
O tóxico agronegócio israelense / a destruição
da base material dos povos é genocídio
Nyéléni: aposta pela esperança

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
grain@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Xavier León, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
José Godoy, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Mariano Beltrán, Uruguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Fundación Pro Defensa
de la Naturaleza y sus Derechos
contabilidad2@accionecologica.org

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com

Desenho e formatação

Daniel Passarge
danielpassarge@gmail.com

Editorial	1
O Estado israelense empreende a destruição da base material ancestral do povo palestino	
<i>Comunicados de diversas organizações</i>	3
Na Palestina e em Chiapas os camponeses juram defender a terra	
A destruição de cultivos é genocídio	
<i>John Ross</i>	8
O tóxico lucro do agronegócio israelense	
<i>GRAIN</i>	12
Equador: uma greve de comunidade e território	
<i>Reportagem gráfica de GENERXS DIVERSXS</i>	16
Equador: uma greve de comunidade e território	
Uma exaustão frente ao medo, à impunidade, ao desamparo e à pilhagem diária	
<i>Fernanda Vallejo</i>	19
Água e energia para as pessoas ou para as corporações tecnológicas?	
<i>Silvia Ribeiro</i>	23
Nyeléni: aposta pela esperança	
<i>Grupo ETC</i>	26



Podem cortar o cabelo, mas jamais a dignidade de um povo

- Quinhentos anos se passaram, e ainda sentimos o eco das correntes.
- Olham para nós com desprezo porque carregamos na pele a história que eles negaram.
- Somos os filhos do milho, da terra e do vento, os netos daqueles que conversaram com as montanhas e defenderam a água com a própria vida.
- Cortam nossos cabelos acreditando arrancar nossa identidade, mas não sabem que nossas raízes são mais profundas que suas tesouras.
- Não entendem que o fogo deixado por nossos ancestrais ainda arde em nossos corações.
- Podem nos apagar dos livros, mas não da memória do povo.
- Porque a dignidade não se ensina, se herda.
- E nós a herdamos em cada palavra, em cada passo, em cada luta.
- Enquanto houver um coração que se lembre, a resistência não morrerá

A foto da capa é fruto de uma geração de jovens que reivindicam seus GENERXS DIVERSXS e que realizaram reportagens de muitos dos acontecimentos cruciais ou emocionantes da história do Equador e de outros lugares da América Latina.

Nesta edição, sua reportagem sobre a greve no Equador é fundamental para entender o que está acontecendo a partir de outras perspectivas (visuais, emotivas). O trabalho de Gaby Giacometti, Franz Caiza e Micaela Andino oferece uma perspectiva fundamental para entender o futuro de esperança que suas fotografias revelam. Agradecemos desde já pela magnífica narrativa visual e emocional que nos proporcionam.

O trabalho de Giovanna Joo para Tramas, um projeto de pesquisa-ação da Coalizão Feminista Decolonial de Justiça Digital e Ambiental, ilustra o texto sobre a água e a energia. As fotos do Fórum de Nyeléni são do arquivo do Terceiro Fórum Global Nyeléni/flicker.

As fotos da Palestina e do trabalho nos olivais são dos arquivos da União de Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC), como é conhecida mundialmente.

O mural de Zapata e Palestina ainda está em alguma rua de Tepoztlán, Morelos, México, e circulou no Instagram e no Facebook, assim como essa Sagrada Família recebendo seu bebê nas ruínas de Belém.

Esta edição é enriquecida pelo impressionante trabalho visual de Rini Templeton, que estará feliz, onde quer que esteja, de acompanhar com seus desenhos as lutas de resistência do Equador e da Palestina. É impressionante a versatilidade dos desenhos desta artista comprometida com as causas do povo, que conviveu com as comunidades em resistência de várias partes do México — em Chihuahua, em Sonora, nas minas, nos campos de petróleo e nos campos de cultivo — sempre conversando com cada família para entender as razões de suas lutas. Ela também esteve na Guatemala, El Salvador e Nicarágua, e em todos estes lugares acompanhou os processos revolucionários das pessoas mais pobres, mas com o olhar mais brilhante, como ainda se pode ver nos desenhos e retratos de Rini Templeton, companhia de viagem. Sua obra completa está disponível em <http://riniart.com>

Agradecemos o apoio da Thousand Currents, da Heks e do Fundo de Agroecologia.

Agradecemos sempre a Carlos Vicente pelo plantio, que continua florescendo

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico



Nós, os povos do mundo, vivemos tempos sombrios. A violência se abate sobre nós sem limites, sem regras, sem pudor nem vergonha. Às guerras de extermínio na Palestina, no Sudão e no Congo, se soma a violência descarada perpetrada pelo crime organizado no Haiti, na América Central e na Amazônia. As ditaduras de fato de El Salvador e Equador continuam reprimindo e assassinando com a cumplicidade do narcotráfico, enquanto outros governos são acusados de serem narcotraficantes. Os parlamentos controlados pela extrema direita impedem as mudanças que os movimentos sociais exigem na Bolívia, no Brasil e na Colômbia. A violência militar e paramilitar é usada abertamente contra comunidades camponesas e indígenas no Brasil, Colômbia, México, Equador, Peru e Paraguai. Ser parte de iniciativas golpistas é recompensada com o Prêmio Nobel da Paz. Os Estados Unidos reprimem e violam os direitos dos migrantes, assassinam pescadores no Caribe enquanto eliminam qualquer vestígio de uma imprensa livre. Os direitos trabalhistas regredem um século na Grécia, e os donos de grandes corporações exigem que esse retrocesso seja generalizado. A União Europeia busca eliminar até mesmo as salvaguardas mais básicas contra o avanço de agrotóxicos. O discurso do livre comércio já não se sustenta, e se usa o comércio internacional abertamente como arma de opressão e guerra. A destruição ambiental continua, a água se concentra nas mãos da mineração e dos data centers. Enquanto



1

*Em memória de nossa querida amiga, irmã, colega e mestre, **Silvia Rodríguez Cervantes**, uma lutadora incansável sem cuja presença nada do que conquistamos como Alianza Biodiversidad teria tido a mesma profundidade ou o mesmo carinho que ela nos dedicou e continua a nos dedicar, porque ela segue aqui entre nós.*



Quito, 30 de setembro. Foto: Gaby Giacometti

isso, comunidades inteiras não conseguem continuar cultivando devido à falta de água, a crise climática está se aproximando de um ponto sem retorno, a pobreza continua a crescer e a concentração de capital e riqueza se acelera de forma agressiva e obscena.

Frente ao horror e ao crime, os governos do mundo e a vasta maioria dos organismos internacionais, especialmente aqueles que deveriam defender a lei, a ordem e a democracia, nada fazem. Testemunhamos, literalmente, o assassinato de centenas de milhares de pessoas. Sabemos que o crime organizado se apoderou de vastos territórios e de muitos governos, mas o silêncio é ensurdecador e a inação, aterradora. A mensagem parece clara: acabou a era do capitalismo de "boas maneiras". Não há mais direitos consagrados, nem regras a serem respeitadas. Os poderosos não prometem mais nada, apenas oferecem violência, miséria e repressão, porque o capital precisa de acesso irrestrito aos minerais, à água, à terra e à mão de obra subjugada.

Oque nós, os povos, podemos fazer diante disso? Hoje, mais do que nunca, precisamos unir forças e nos proteger. Nos unir, nos organizar, nos mobilizar, defender as iniciativas locais e a partir das bases, ao mesmo tempo que unimos forças com outros em níveis nacional e internacional. Proteger e manter a produção de alimentos, proteger as águas e os territórios, defender os bens e patrimônios comuns e coletivos, exigir nossos direitos até que não possam mais ser pisoteados ou ignorados, trabalhar para que os jovens desmascarem o neofascismo e, em última instância, reconstruir e fortalecer a esperança, a dignidade e a solidariedade. E vamos fortalecer as resistências.

Todos os dias, as comunidades e organizações do campo, que construímos e defendemos continuamente o território, depositamos essa esperança no solo por meio das sementes que fizeram florescer nossa identidade histórica e cultural por milênios. Nossos ancestrais e avós nos ensinam, por meio de sua perseverança, a manter os pés e as mãos na terra, "porque a mente pensa onde os pés pisam".

Isso forjou em nós um vínculo inquebrantável com a terra que, por sua vez, nos orienta a forma de lutar e resistir a partir do ritual constante da semeadura e da colheita, em todas as dimensões possíveis.

Entendemos que em cada região, em cada país e em cada continente, as semeaduras que fazemos envolvem processos e desafios. Mas estão criando raízes na formação popular de todos os tipos. Temos um número crescente de escolas camponesas com relevância territorial.

Nossa semeadura coletiva cresce com a cultura e as artes em manifestações que fazem florescer a reforma agrária abrangente e popular nos territórios agroecológicos que emergem por toda parte e que buscam impulsionar transformações estruturais em diversos países.

Diante das crises globais, almejamos a colheita da soberania alimentar, de mãos dadas com todas as lutas dos povos, com o anseio de conquistas constantes: continuar recuperando a terra e distribuindo-a entre as comunidades do campo, continuar semeando e resfriando o planeta por meio da organização popular e do trabalho coletivo. E que com a esperança viva asseguremos um futuro para a humanidade.

Nossa revista continuará se esforçando para apoiar o que é o trabalho coletivo mais urgente da atualidade. Seguiremos fornecendo informações verdadeiras, destacando os milhares de exemplos de luta corajosa que os povos e suas organizações continuam a travar, expondo os métodos do capital transnacional e da violência criminosa, e apoiando as muitas formas de resistência que estão sendo construídas hoje. Os tempos são sombrios, mas o futuro continua sendo nosso.

O Estado israelense empreende a **DESTRUIÇÃO**

da base material ancestral do povo palestino

3



Desenhos de Rini Templeton

Em 31 de julho de 2025, as forças agressoras israelenses “lançaram um ataque violento à unidade de multiplicação de sementes do Banco de Sementes da União de Comitês de Trabalho Agrícola (conhecida mundialmente como UAWC)” na cidade de Hebron, no sul da Cisjordânia, como parte de uma grave escalada contra a soberania agrícola palestina.



Montagem com desenhos de Rini Templeton

Esta é a declaração completa da União de Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC). O exército israelense, usando tratores de esteira e maquinário pesado, destruiu os galpões e a infraestrutura da unidade onde eram armazenados equipamentos essenciais, sementes e ferramentas para a reprodução das sementes nativas.

A destruição aconteceu sem aviso prévio, sob proteção militar, e constitui um duro golpe aos esforços palestinos para preservar a biodiversidade local e garantir a soberania alimentar.

Este ataque deliberado a uma instalação agrícola civil é um ataque estratégico contra os próprios alicerces da resiliência palestina. O banco de sementes desempenhou um papel fundamental na conservação das variedades tradicionais de sementes e no empoderamento dos agricultores em pequena escala por meio da reprodução e troca de sementes locais.

Este ataque ocorre num contexto de escalada da violência dos colonos israelenses, da apropriação de terras e dos esforços sistemáticos da ocupação israelense para dismantlar os meios de subsistência das comunidades palestinas. A destruição de um banco nacional de sementes é um ato de extinção, destinado a romper os vínculos geracionais entre os agricultores e suas terras.

Apelamos a todos os parceiros internacionais, aos defensores dos direitos humanos e aos movimentos de solidariedade que denunciem veementemente este crime.

Apelamos a uma intervenção internacional imediata para responsabilizar o ocupante israelense por suas repetidas violações dos direitos agrícolas, ambientais e humanos.

A resposta se propagou pelo mundo, com protestos e manifestações de apoio vindos de todos os cantos, demonstrando que a sociedade civil, tanto rural quanto urbana, não apenas se solidariza, mas também se identifica com o ataque à reprodução das sementes e, obviamente, com a soberania alimentar, mas sobretudo com o rechaço ao genocídio perpetrado de forma cada vez mais brutal e descarada.

A Via Campesina se pronunciou declarando que se tratava de "Um ataque direto contra a soberania alimentar e às ferramentas de sobrevivência camponesa".

No mesmo dia, 31 de julho, em Bagnolet, a Via Campesina, movimento global de camponesas, camponeses e produtores de alimentos, bem como de trabalhadoras e trabalhadores sem terra, levantou sua voz com cólera e solidariedade inabalável à sua organização membro, a União de Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC), e a todo o campesinato palestino que resiste à ocupação, ao roubo de terras e ao *apartheid* em seu território ancestral.

Nessa manhã, as forças militares israelenses deram uma batida na unidade de multiplicação de sementes do Banco de Sementes Palestino em Hebron, administrado pela UAWC. Foram usados tratores de esteira e equipamentos militares para demolir as instalações de armazenamento, onde eram conservadas sementes locais, ferramentas agrícolas e equipamentos destinados à reprodução camponesa de sementes. Essa instalação tem sido fundamental para o esforço coletivo de camponesas e camponeses da Palestina para preservar as variedades tradicionais de sementes e assegurar sua capacidade de cultivar alimentos segundo seus próprios saberes e práticas. Representa anos de trabalho organizado para manter a biodiversidade e construir sistemas

alimentares independentes, resilientes e baseados nos conhecimentos camponeses.

Este não é um fato isolado. É o segundo ataque direto contra a UAWC nos últimos anos, como parte de uma estratégia colonial mais ampla que busca desarraigas as comunidades palestinas, expulsar camponesas e camponeses originários da Palestina e reprimir qualquer forma de autodeterminação. É a expressão de um regime mais amplo de colonialismo e apartheid, baseado na dominação, no despojo e na destruição ecológica. Este ataque atinge o cerne da nossa luta global pela soberania alimentar, pela agroecologia e pela justiça social.

Este crime ocorre em flagrante violação do parecer consultivo histórico emitido pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 19 de julho de 2024, que afirmou que a ocupação israelense da Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza é ilegal e deve terminar imediatamente. A CIJ destacou as graves consequências legais das violações sistemáticas de Israel ao direito do povo palestino à autodeterminação. Este último ataque constitui mais uma flagrante violação do direito internacional, somando-se ao histórico de Israel em matéria de direitos humanos, justiça ambiental e direito humanitário internacional.

A Via Campesina condena veementemente este ataque. Reconhecemos que se trata de uma agressão política contra o direito de um povo de viver com dignidade, cuidar de sua terra e determinar seu próprio futuro. Expressamos nossa solidariedade à UAWC e a todo o campesinato palestino que continua sua luta sob o peso da ocupação e da injustiça.

Conclamamos aliados, movimentos, organizações e instituições internacionais em todo o mundo a condenarem este crime perpetrado pela ocupação israelense contra a UAWC, o banco de sementes palestino e a luta mais ampla pela soberania alimentar na Palestina. A se mobilizarem urgentemente em solidariedade com camponesas, camponeses, pessoas defensoras da terra e agricultoras palestinas que continuam resistindo à violência colonial e defendendo o direito de viver e trabalhar na sua terra. Exigimos uma intervenção internacional imediata para que o regime israelense responda pelas suas repetidas violações do direito internacional, incluindo a implementação da decisão da Corte Internacional de Justiça. As sementes camponesas são sementes de resistência.

A Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina), uma das principais organizações da Via Campesina na América Latina e no Caribe, também expressa a sua solidariedade à União dos Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC) face ao ataque das forças de ocupação israelenses aos campos de produção e às instalações do

banco de sementes localizado em Hebron, Cisjordânia, Palestina. [...] O trabalho de conservação de sementes da UAWC tem sido um exemplo para o nosso movimento de cuidado e multiplicação de sementes nativas e crioulas como base para a soberania alimentar dos povos.

Reiteramos que esses ataques das forças de ocupação de Israel representam uma grave violação dos direitos humanos e camponeses. Denunciamos esses atos que usam o alimento como arma de guerra, como parte da estratégia genocida contra o povo palestino. Solidariedade com a UAWC e o povo palestino! Do rio ao mar, a Palestina será livre!

Ainda em agosto, diversas organizações e comunidades no México, comprometidas com a defesa da livre relação entre sementes e povos, se pronunciaram e conseguiram reunir adesões importantes, apoiadas pelo Espaço Estatal em Defesa do Milho Nativo de Oaxaca, a Rede em Defesa do Milho, o Instituto Agroecológico IALA-México e a **União Nacional de Organizações Regionais Camponesas Autônomas do México** UNORCA.

A sua declaração diz: O Estado sionista de Israel continua violando os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, pois não respeita a vida dos civis, nem o seu direito à alimentação, numa guerra de ocupação colonialista que é apoiada diretamente pelo governo dos Estados Unidos e indiretamente pelos governos europeus, com poucas exceções, e por muitos outros países, incluindo o México, cuja inação permite que o direito internacional se torne lixo e que o poder do mais forte prevaleça a partir de agora em qualquer lugar do planeta.

Em 31 de julho de 2025, a União de Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC, por sua sigla em inglês) da Palestina informou que as forças de ocupação israelenses lançaram um ataque militar contra seu banco de sementes em Hebron, Cisjordânia, Palestina. [...]

Para os povos livres e soberanos, as sementes sempre significaram a garantia de continuidade histórica, da reconstituição integral de seus povos e nações, com a dignidade que advém de saber viver do território e da Mãe Terra. Lembremos que no México, com a tentativa de plantio comercial de milho transgênico, com o estabelecimento de megaprojetos de mineração a céu aberto e de outro tipo, com a imposição da agricultura e do agronegócio de exportação, estabeleceu-se um esquema de violência estrutural e sistemática, acobertado pelo Estado, que destrói, despoja e desloca comunidades indígenas e camponesas, impedindo-as de continuar cultivando suas milpas no exercício de seu direito a seus territórios, que são a base da autonomia e da livre determinação.



Desenho de Rini Templeton

De uma forma direta, traiçoeira e violenta, isso vem acontecendo na Palestina há pelo menos 50 anos, com a diferença de que os palestinos não plantam milho como no México. Eles plantam oliveiras, e as plantam desde antes do nascimento de Jesus Cristo. Pode até haver oliveiras tão antigas que já estavam plantadas quando Jesus nasceu e continuam dando frutos.

Para o povo palestino, a oliveira é uma planta sagrada que representa sua fortaleza material e espiritual, além de ser uma de suas principais fontes de alimento e de renda. No entanto, desde a ocupação sionista, colonos israelenses têm arrancado e queimado oliveiras, roubado seus frutos e impedido que sejam colhidas, assassinando homens e mulheres palestinos no processo, muitas vezes com a proteção do exército sionista e a garantia de impunidade do Estado de Israel.

Todos sabemos que a ofensiva israelense contra o povo palestino assassinou milhares de mulheres e homens, crianças, adultos e idosos em Gaza — em suas casas, escolas, hospitais e até mesmo em locais onde recebem ajuda alimentar —, bem como jornalistas que cobrem o conflito e médicos que atendiam os feridos. Ao mesmo tempo, Israel impôs um bloqueio para que os habitantes de Gaza não possam sair do seu território e para que a ajuda internacional não chegue até eles, incluindo suprimentos médicos e alimentares.

Diante do exposto, exigimos veementemente o fim da guerra e da ocupação israelense nas terras da Palestina! Um cessar-fogo imediato! Exigimos o direito da Palestina à autodeterminação! Respeito irrestrito à soberania alimentar do Povo Palestino!

Por fim, em um texto que a Via Campesina reproduziu imediatamente, a pesquisadora Ila Ravichandran escreveu: “O que aconteceu em Hebron se enquadra na definição legal de ecocídio: a destruição deliberada de ecossistemas para minar a sobrevivência humana”. A UAWC condenou esse ataque como “um ato de supressão destinado a romper os vínculos geracionais entre o campesinato e suas terras”.



Desenho de Rini Templeton



“Quando o ecocídio opera no contexto de um genocídio, como está acontecendo na Palestina, ele funciona como uma arma temporal que estende a lógica da eliminação muito além do momento presente, adentrando em um futuro indefinido onde a recuperação se torna sistematicamente impossível.

O banco de sementes da UAWC abrigava mais de 70 variedades de sementes baladi (tradicionais), muitas das quais não existem mais em outros lugares, que os agricultores palestinos cultivavam e aperfeiçoavam há séculos. Essas sementes — de variedades raras, autóctones e resistentes de tomates, pepinos, berinjelas, abobrinhas e outras, coletadas em chácaras locais na Cisjordânia e em Gaza — não eram quaisquer sementes. Eram bibliotecas vivas do conhecimento agrícola palestino, portadoras de características genéticas de resistência à seca, adaptação ao solo e densidade nutricional que as variedades comerciais não possuem. Sua destruição não foi acidental. Foi estratégica.

“As definições legais contemporâneas de ecocídio o descrevem como ‘atos ilegais ou descontrolados cometidos com o conhecimento de que existe uma probabilidade substancial de danos graves, generalizados ou de longo prazo ao meio ambiente’”. No entanto, essa linguagem clínica não consegue captar as dimensões temporais da destruição ambiental quando esta é usada como arma de controle colonial.

“Ao contrário da violência física direta, que opera no presente imediato, o ecocídio opera através de escalas temporais. A destruição dos bancos de sementes elimina não apenas a capacidade agrícola atual, mas também as possibilidades futuras de Soberania Alimentar.”

“Essa dimensão temporal transforma o ecocídio de um crime ambiental em uma estratégia genocida. A Convenção sobre o Genocídio de 1948 define geno-

cídio como atos ‘cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso’. Fundamentalmente, o Artigo II(c) inclui ‘infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, total ou parcial’. O ecocídio opera precisamente por meio desse mecanismo: criando condições nas quais o grupo afetado não consegue se sustentar a longo prazo.”

Segundo Ila Ravichandran, “As práticas agrícolas tradicionais palestinas integravam oliveais com trigo, cevada, leguminosas e culturas arbóreas em policultivos que maximizavam a biodiversidade e a resiliência. Esse sistema agrícola sustentou as comunidades palestinas por milênios, enquanto preservava a saúde do solo e a conservação da água.

“A destruição dos bancos de sementes interrompe essa cadeia geracional de transmissão de conhecimentos. Cada variedade ancestral carrega em sua estrutura genética a sabedoria acumulada por agricultorxs palestinxs que selecionaram, guardaram e melhoraram sementes por séculos.” Quando essas variedades são destruídas, o conhecimento cultural inerente a elas — quando plantar, como processar, quais variedades prosperam em microclimas específicos — fica órfão, desconectado de seu material base.

Somente em agosto de 2025, as Forças de Ocupação Israelenses arrancaram 3 mil oliveiras em al-Mughayyir, perto da cidade de Ramallah, na Cisjordânia, devastando uma comunidade cuja sobrevivência e identidade são inseparáveis de seus oliveais. Desde outubro de 2023, as forças israelenses e os colonos destruíram mais de 52.300 oliveiras somente na Cisjordânia, e o histórico remonta a mais de seis décadas, com estimativas que ultrapassam 3 milhões de oliveiras e árvores frutíferas arrancadas.

NA PALESTINA
E EM CHIAPAS
OS CAMPONESES
JURAM DEFENDER
A TERRA



A DESTRUIÇÃO
DE CULTIVOS
É GENOCÍDIO



Como todos os anos, a campanha para recrutar voluntários e voluntárias para trabalhar nos olivais da Palestina recomeça, "em uma das temporadas mais desafiadoras de que se tem memória". Baqa, que literalmente significa permanecer, é "um tributo à integridade palestina e a seu desafio em permanecer em suas terras e com os frutos que delas crescem, quando suas terras foram submetidas a uma campanha cruel de ataques de colonos, roubos de terras, e uma limpeza étnica e despojo inaceitáveis", diz uma postagem no Instagram da União de Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC), publicada em 9 de outubro de 2025.

Este texto, escrito por John Ross no final de 2003 e publicado em Ojarasca em janeiro de 2004, adquire hoje, quase 22 anos depois, uma relevância inegável para aqueles que acreditam, ou querem acreditar, que este genocídio começou em 7 de outubro de 2023, quando já estava em curso desde pelo menos 1948.

JOHN ROSS

8 de dezembro de 2003, Chiapas/Palestina. A estação é de relativa abundância para aqueles que cultivam a terra na Palestina e em Chiapas, ambos territórios ocupados. Sob o firme comando dos camponeses, os burros pacientes carregam a colheita para as aldeias de Los Altos de Chiapas e para aquela pequena faixa de terra que resta do que um

dia foi Palestina. De fato, os burros de ambas as regiões são intercambiáveis, e os camponeses e suas famílias têm a mesma cor da terra, como disse o subcomandante Marcos sobre a caravana que viajou para a Cidade do México três invernos atrás para exigir que o Congresso aprovasse uma reforma constitucional dos direitos indígenas.



Se as distâncias atravessam oceanos e desertos, as semelhanças entre os camponeses dessas duas terras ocupadas constroem pontes entre as culturas, as línguas e até mesmo os deuses.

Em setembro, os pilares do comércio global se reuniram no luxuoso resort caribenho de Cancún para forçar o Sul Global a se submeter aos males gêmeos da liberalização de mercados e dos subsídios agrícolas — imposições que são profundamente sentidas pelas nações pobres e em desenvolvimento, pois apenas ampliam o abismo entre aqueles que têm e os que não têm. O Japão, por exemplo, paga US\$ 7,50 por dia por cada vaca que pasta em suas terras, enquanto metade da população mundial — mais de três bilhões de seres humanos — sobrevive com apenas dois dólares por dia, ou menos.

Em resposta à arrogância da Organização Mundial do Comércio (OMC), 12 mil camponesas e camponeses se reuniram para protestar em Cancún. Era palpável a solidariedade daqueles reunidos sob o guarda-chuva da Via Campesina, que representa cem milhões de camponeses pobres e suas famílias em 70 países.

O suicídio de Lee Kwang Hae, um líder coreano, demonstrou de forma tão vívida seu desespero que mui-

tos dos delegados ficaram profundamente comovidos. Quando, indiferentes à trágica reviravolta dos acontecimentos, os Estados Unidos, a União Europeia, o Japão e outras potências comerciais continuaram a insistir em sua proposta de dominação econômica do planeta, as nações pobres e em desenvolvimento abandonaram o barco, e as negociações (e talvez até mesmo a OMC) ruíram como um castelo de cartas.

Camponesas e camponeses da África do Sul e do Brasil, da Índia e do Kansas, da Coreia e das aldeias maias vizinhas, compartilharam um sentimento comum. “Não permitiremos que nos expulsem de nossa terra”, disse um dos companheiros de Kwang Hae no funeral. Este repórter ouviu esse mesmo sentimento com frequência durante uma recente estadia na Palestina para a colheita outonal de azeitonas.

A luta para acabar com a ocupação israelense, a construção do território e o elemento “terra” — além dos olivais tão enraizados nesse solo rochoso — estão no cerne da luta palestina por uma libertação nacional.

Carregada de um peso simbólico como um ícone amargo e irônico de uma paz fragmentada, a defesa dos zaytoons, ou oliveiras, está sensivelmente atada à viabilidade de uma economia agrícola, o alicerce sobre o qual se assenta o próprio Estado palestino. O ataque dos poderes de ocupação contra essas ancestrais e retorcidas árvores, cultivadas por camponesas e camponeses há milênios, visa esmagar esse sonho e consolidar a conquista israelense.

Desde a criação de Israel em 1948, o Estado sionista apropriou-se e derrubou quase meio milhão dessas oliveiras, para justificar melhorias na infraestrutura ou alegando que as árvores fornecem cobertura para os combatentes palestinos. Também as cercou para ampliar o “perímetro de segurança” dos 196 assentamentos ilegais que saqueiam as terras e os recursos da Cisjordânia.

Em aldeias como Awwarta, Bet Fariq, Yanoon e Ein Abus, no Vale de Nablus, colonos israelenses de direita, muitas vezes seguidores de Meir Kahane (um demagogo racista nascido no Brooklyn e fundador da Liga de Defesa Judaica), aterrorizam os palestinos durante a colheita outonal de azeitonas, com total impunidade por parte do exército e da polícia israelenses.

Em Ein Abus, um grupo de observadores internacionais, incluindo este repórter (liderados pela organização Rabinos pelos Direitos Humanos, com sede em Israel), foi agredido pelos colonos em outubro, enquanto tentavam verificar a destruição de 200 oliveiras palestinas por Israel. As vítimas registraram queixa, mas a polícia israelense não iniciou nenhuma investigação.

Não há melhor maneira de compreender a luta dos agricultores palestinos do que estar em suas terras frente à ocupação israelense, e trabalhar lado a lado com os

moradores e suas famílias durante a colheita de azeitonas. Todas as manhãs, os camponeses carregam seus burros com escadas e cestos rumo a seus pequenos lotes familiares (de dez a 20 oliveiras), divisão da terra que permanece inalterada desde o Império Otomano.

Tradicionalmente, as azeitonas são sacudidas das árvores para os cestos dispostos debaixo — mas nas árvores "avós", com mais de um século de idade, frágeis, mas ainda produtivas, as azeitonas são colhidas à mão. No final da colheita, as árvores são podadas e, nas comunidades, o pão cerimonial é assado com lenha de oliveira — inclusive, até os caroços das azeitonas são secos para serem usados como combustível durante os meses de inverno, às vezes com neve.

Nas tardes frias, os homens se reúnem para fumar e conversar no lagar local de azeitonas. A colheita está diminuindo ano após ano, e a superoferta de azeite em nível mundial fez com que os preços caíssem. Até o ano passado, o governo israelense não emitia licenças de exportação para os moradores das aldeias, e este ano as licenças custam mais do que o próprio processamento.

Apesar de todos os barris de azeite que Saad Abdul não conseguiu vender e que estão armazenados em seu depósito em Awwarta, e dos obstáculos para levá-los ao mercado (a Autoridade Palestina compra alguns), ele está determinado a não abandonar a terra. Sentado à mesa com homus feito a partir de seu próprio grão-de-bico, com pão pita feito com seu trigo de inverno, frangos assados do seu galinheiro, iogurte produzido por suas poucas vacas e, claro, sete variedades diferentes de azeitonas, Saad jura permanecer em sua terra. Ele balança o braço ao ver o banquete, ri e diz: "É por isso que nunca abandonaremos nossa terra".

O juramento de resistência de Saad ressoou em Cancún, e esse mesmo eco alimenta a rebelião zapatista em Chiapas. Durante os diálogos com o governo mexicano, repórteres ouviram o comandante zapatista David responder aos representantes federais que insistiam para que ele dissesse o que os rebeldes realmente queriam: "Nós, indígenas, somos camponeses e queremos continuar sendo camponeses".

A rebelião zapatista nas selvas e montanhas de Chiapas tem sua origem nessa promessa. Em 1993, dez anos antes, com a globalização no horizonte através do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), e quando os Estados Unidos, o Canadá e o México negociavam cotas de importação de milho que excluiriam os "povos do milho" do mercado interno, os zapatistas declararam guerra ao governo neoliberal de Carlos Salinas. Essa revolta, no exato momento em que o NAFTA entrava em vigor, continua a arder em Chiapas dez anos depois.

Assim como a Palestina, Chiapas é um estado ocupado. Embora o presidente Vicente Fox confine seus

soldados a complexos semelhantes aos do Vietnã, sem os enviar diretamente para fora das comunidades rebeldes, o exército mexicano mantém 18 mil soldados na região, um para cada cinco zapatistas.

Para os maias e para os 57 povos indígenas que compõem talvez mais de 20 milhões de cidadãos do México indígena, a ocupação começou há cinco séculos, quando Hernán Cortés ancorou em Veracruz na Sexta-Feira Santa de 1519. Naquele dia, a população indígena do México oscilava entre 12,5 e 25 milhões. Um século depois, quando os conquistadores europeus realizaram o primeiro censo, restavam apenas dois milhões — um genocídio que constitui um holocausto pelo menos duas vezes maior do que aquele que dizimou os judeus na Europa e que mais tarde foi usado para justificar a anexação da Palestina com a criação do Estado de Israel.

Apesar desses holocaustos, os indígenas do México e os palestinos ainda precisam conseguir manter um território.

Hoje, o sul do México está ocupado não apenas pelos militares. O agronegócio transnacional, impulsionado pelo NAFTA e pelos subsídios de 21 mil dólares por acre que o governo dos EUA concede aos seus próprios produtores de milho, força o México a importar milho de baixa qualidade a menos de 20% do seu custo, o que expulsa os camponeses indígenas de suas terras. A emigração de Chiapas é agora a maior do sul do México, e os camponeses abandonam suas *milpas* e seus cafezais rumo ao Norte, onde centenas morreram no deserto do Arizona tentando encontrar empregos "do outro lado".

Somados uns aos outros, os mais de 3 mil mexicanos que morreram na fronteira com os EUA formam uma pilha de cadáveres maior do que a dos mortos nos ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, mas nem se compara ao número de palestinos assassinados durante as duas intifadas sob a ocupação israelense. [E estes são números de 2003]

Para consolidar seu domínio, o agronegócio transnacional está inundando o México com milho geneticamente modificado — talvez quatro das seis milhões de toneladas que o México importou no ano passado sob o NAFTA. [Hoje, em 2025, estamos falando de 16.800 toneladas de milho importado.] O milho transgênico pode ser encontrado em comunidades remotas de Oaxaca e Puebla, precisamente onde o milho evoluiu como uma cultura nativa há vários milênios. Hoje, a semente de milho corre risco no local que a criou.

Para os indígenas mexicanos e para os palestinos, a destruição desses dois cultivos vitais, que os definem como povos, é uma forma de apagá-los, juntamente com seus nomes, da face da Terra. Não há outra maneira de denominar esse mal senão chamá-lo de genocídio.



O TÓXICO LUCRO DO AGRONEGÓCIO ISRAELENSE

GRAIN

As azeitonas. Foto: UAWC



“Eles podem fazer o que quiserem. Não têm limites. “Têm acesso à água e à terra”, explica Khalil Alamour, um camponês da região de Naqab, entrevistado por Luke Carneal. Ele se refere ao despojo sistemático, por parte de Israel, das comunidades beduínas cada vez mais isoladas nessa área desértica na fronteira com Gaza. Enquanto do outro lado da fronteira a população palestina sofre genocídio e fome, o agronegócio israelense segue prosperando. Seus monocultivos industriais, que consomem muita água, deslocaram os cultivos beduínos, adaptados ao longo de centenas de anos ao clima árido da região. Hoje, até mesmo o agave israelense produzido em um projeto de 2 milhões de dólares americanos requer irrigação.

A milhares de quilômetros de distância, a plataforma de “agricultura inteligente” da empresa israelense Netafim propõe a irrigação por gotejamento para aumentar a produtividade das plantações industriais de agave, que rimam com a devastação do campo mexicano. A colaboração da Netafim com empresas israelenses de tecnologia militar tornou-se visível há anos bem como seu papel fundamental no desenvolvimento de assentamentos ilegais nos Territórios Ocupados. Este ano, também está entre as corporações denunciadas pela

Relatora Especial da ONU sobre a situação nos territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, devido a seu vínculo com a economia do genocídio.

Como a organização camponesa União de Comitês de Trabalho Agrícola (UAWC), membro da Via Campesina, já vem apontando há tempos, o ataque aos sistemas alimentares palestinos tem um propósito muito claro: a limpeza étnica e a substituição da população palestina. Assim como arrancam violentamente oliveiras milenárias em território palestino, o exército e os habitantes dos assentamentos ilegais implementam uma estratégia para desalojar o povo palestino de suas terras. Um dos pilares desse processo é o agronegócio israelense.

Os investimentos estrangeiros desempenharam um papel importante no crescimento desse setor empresarial, à medida em que foi se entrelaçando com o agronegócio global e exportando seu modelo tóxico para outros países. Por exemplo, 80% da Netafim pertence ao grupo mexicano Orbia Advance Corporation, que atua na indústria química e de plásticos. Por sua parte, o grupo Bright Food Co. (controlado pela Comissão Municipal de Supervisão e Administração de Ativos Estatais de Xangai) é proprietário da empresa de laticínios Tnuva. Esta última é mencionada no relatório de Albanese por ter se beneficiado da destruição da indústria de laticínios palestina por Israel, explorando um mercado palestino cada vez mais cativo. Outras empresas do setor têm um perfil semelhante: a Adama, que vende agrotóxicos, pertence ao Grupo Syngenta (China/Suíça); a empresa de sementes Hazira pertence ao grupo Limagrain (França); a Tahal, que constrói infraestruturas hídricas, é controlada pela Kardan N.V. (Países Baixos/Israel); a empresa de sistemas de irrigação Rivulis pertence ao Ministério das Finanças de Singapura; e a Haifa Chemicals tem investimentos do grupo norte-americano Trans-Resources, Inc.

Várias dessas corporações israelenses também têm subsidiárias registradas em outros países, especialmente em paraísos fiscais como os Países Baixos e a Suíça. Essa estratégia permite que elas contornem a

problemática identidade associada ao apartheid e, ao mesmo tempo, se beneficiem do apoio político (e financeiro) de países estrangeiros. Grande parte das vendas da Netafim é realizada por meio de sua subsidiária nos Países Baixos. Isso lhe garante acesso preferencial a mercados estrangeiros por meio de acordos comerciais da União Europeia, inclusive obtendo financiamento de agências públicas holandesas.

Em outros casos, essas empresas mantêm uma identidade israelense, como é o caso da Mekorot, que está em plena expansão para diversos países do Sul Global. No México, possui um acordo de cooperação com a Comissão Nacional da Água para um projeto avaliado em mais de cinco milhões de dólares. No Chile, obteve um contrato de gestão de água na região do Biobío, atualmente denunciado pela sociedade civil por irregularidades e por seu envolvimento com o apartheid israelense. Na Argentina, a campanha “Fuera Mekorot” exige que os governos de diversas províncias rescindam seus contratos com a empresa. Além disso, há mobilização contra a privatização da empresa Água e Saneamentos Argentinos (AySA), que tem um contrato com a Mekorot.

Esta empresa praticamente detém um monopólio virtual na distribuição de água nos Territórios Ocupados e é também mencionada no relatório Albanese por ter contribuído para transformar a água em mais um instrumento de genocídio. Segundo a organização Who Profits, ela sistematicamente restringe o acesso da população palestina à água, apesar de explorar recursos hídricos localizados nos Territórios Ocupados (incluindo as colinas de Golã, na Síria). Além disso, cobra da Autoridade Palestina um preço quase dez vezes superior ao pago pelas cidades israelenses. Assim, enquanto o consumo médio em Israel é de 200 litros de água por pessoa por dia, a população da Cisjordânia e de Gaza só pode utilizar entre 77 e 85 litros por pessoa. Atualmente, a população da Faixa de Gaza sofre com a falta de água em 95% do tempo, porque a Mekorot reduziu drasticamente a distribuição desde outubro de 2023.

Os investimentos estrangeiros desempenharam um papel importante no crescimento desse setor empresarial, à medida em que foi se entrelaçando com o agronegócio global e exportando seu modelo tóxico para outros países. Por exemplo, 80% da Netafim pertence ao grupo mexicano Orbia Advance Corporation, que atua na indústria química e de plásticos.

Na América Latina, a Guatemala, país martirizado na década de 1980, é o país onde podem ser encontradas as origens dessa diplomacia agromilitar. Uma investigação de Gavriel Cutipa-Zorn relata como, durante esses anos, negociantes de armas e consultores agrícolas israelenses, juntamente com a USAID, apoiaram a militarização. Treinaram a polícia e o exército na construção de “vilas agrícolas”. Esse modelo foi inspirado nos moshavs israelenses (característicos da colonização de terras palestinas desde meados da década de 1950).

Vestígios de agrodiplomacia militar na América Latina. Seguindo o modelo testado na Palestina, o agronegócio israelense consolidou sua presença no exterior em conexão com o complexo militar. Os países onde investe são frequentemente de importância geoestratégica para Tel Aviv ou destinos atrativos para a venda de armas.

Na América Latina, a Guatemala, país martirizado na década de 1980, é o país onde podem ser encontradas as origens dessa diplomacia agromilitar. Uma investigação de Gavriel Cutipa-Zorn relata como, durante esses anos, negociantes de armas e consultores agrícolas israelenses, juntamente com a USAID, apoiaram a militarização. Treinaram a polícia e o exército na construção de “vilas agrícolas”. Esse modelo foi inspirado nos moshavs israelenses (característicos da colonização de terras palestinas desde meados da década de 1950). O campesinato fornecia sua mão de obra barata em monocultivos de feijão e café destinados aos mercados globais. Mas o que mais importava era experimentar o controle da população rural, que era proibida de deixar as vilas sob pena de morte. Apresentadas como projetos de desenvolvimento, as vilas eram essenciais para a tática de contrainsurgência empregada por Ríos Montt, que resultaram na morte ou desaparecimento de centenas de milhares de pessoas. A Guatemala rapidamente se tornou um mercado para a venda de armas israelenses.

Hoje, o país continua sendo um aliado de Israel na região e um dos centros que recebem a “cooperação” israelense na agricultura. Por exemplo, em 2022, coincidindo com a assinatura de um acordo de livre comércio entre os dois países, foi inaugurado o Centro de Modernização Agrícola na Escola Nacional Central de Agricultura. A Guatemala é um dos países centro-americanos que utiliza tecnologias israelenses de vigilância das fronteiras e monitoramento de caravanas de migrantes, que se estende até o México.

Outro país latino-americano que importou armas, e tecnologias militares e agrícolas israelenses faz décadas, é a Colômbia, como destacado em um rela-

tório do BDS. Nesse país, o agronegócio israelense desenvolveu projetos dispendiosos, alguns dos quais fracassaram em circunstâncias duvidosas. Por exemplo, na década de 1990, a empresa israelense Isrex, que fornecia armas e serviços de irrigação à Colômbia, envolveu-se em um projeto agrícola de 300 hectares que beneficiava 198 famílias em Altamira e Cantilleras. O projeto foi avaliado em 1,5 bilhão de pesos colombianos, dos quais 60% seriam financiados pela Isrex e pelo Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA). O restante dos fundos viria de um empréstimo contraído pelas famílias camponesas. Oito anos depois, o investimento da Isrex ainda não havia se concretizado e o projeto fracassou. As autoridades colombianas se eximiram de responsabilidade e um juiz ordenou o leilão das terras das comunidades para quitar as dívidas. Alguns anos depois, Luis Vicente Cavalli Papa, ex-representante da Isrex, reapareceria como executivo na Colômbia da empresa israelense Innovative Agro Industry, pertencente ao Grupo LR, que planejava expandir suas plantações de cacau equatorianas para a Colômbia. Em 2022, o projeto desenvolvido pela Bean & Co., subsidiária do grupo LR, foi confirmado nas localidades colombianas de Santa Lucía e Suan, como parte de um plano de plantio de cacau abrangendo 1.500 hectares.

Este grupo, juntamente com o Grupo Mitrelli, com o qual compartilha fundadores, faz parte de um conjunto de empresas do agronegócio israelenses muito pouco conhecidas. Elas não necessariamente operam em Israel, mas têm fortes vinculações com os serviços militares ou de segurança do país, beneficiando-se de conexões políticas de alto nível. Utilizaram a África como um laboratório para seus megaprojetos “chave na mão”. Também atuam na Ásia e têm uma presença menor na América Latina, mas buscam expandir-se por lá. Nesse tipo de projeto, a empresa israelense é contratada para projetar, obter financiamento, construir, equipar e gerenciar a operação. O financiamento é obtido por meio de empréstimos concedidos por



Trabalhando nos olivais. Foto: UAWC

bancos israelenses ou europeus, garantidos por uma agência de crédito à exportação em Israel ou em outro país, através de uma subsidiária da própria empresa localizada em algum paraíso fiscal. Apesar das promessas de desenvolvimento, esses empreendimentos multimilionários geralmente fracassam quando o dinheiro acaba e devido à escassa capacidade de adaptação às condições locais. Em alguns casos, houve indícios de corrupção. Mas, normalmente, o país onde o projeto é realizado acaba arcando com as consequências, ficando ainda mais endividado. A mão de obra local barata é frequentemente utilizada, gerando denúncias de exploração laboral.

Na Guiana, a sociedade civil e o coletivo local BDS estão atualmente exigindo o término do contrato do Grupo LR com a empresa Demerara Distillers Limited (DDL). Trata-se de um projeto avaliado em 20 milhões de dólares que envolve 500 vacas importadas dos Estados Unidos, cujo leite será exportado para outros países do Caribe a partir do final de 2025. O contrato foi gestionado por Joseph Haim Harrosh, executivo do Grupo LR, que também esteve envolvido em um duvidoso projeto de parque agroindustrial de 600 hectares no Suriname, avaliado em 75 milhões de dólares (67 milhões de euros na época). Investigações do jornal Parbode relatam que o contrato, assinado secretamente em 2018, foi baseado em um em-

préstimo do Credit Suisse, garantido pelo Estado surinamês. A preocupação com sua viabilidade econômica, que ameaçava gerar mais dívidas para o país, foi um dos principais motivos de questionamento por parte de vários setores da sociedade, incluindo o próprio governo.

O único ponto de apoio: a solidariedade do povo. Ao concluirmos este artigo, diversos governos negociam um incerto acordo de paz em Sharm El Sheikh. Há muitas incógnitas, especialmente em relação à impunidade de Israel pelo genocídio e ao próprio futuro da Palestina. Enquanto isso, mais de cem pessoas voluntárias, convocadas pela UAWC, trabalham arduamente na colheita de azeitonas, apoiando o campesinato da Cisjordânia que sofre a constante agressão de colonos e do exército. Este é apenas mais um exemplo da mobilização popular que se intensifica globalmente, com engajamento nas ruas, portos e mares em apoio ao povo palestino. Há anos, e agora de forma mais sistemática, uma das estratégias tem sido campanhas de boicote a empresas ligadas ao apartheid. Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais importante denunciar o *modus operandi* do agronegócio israelense, por sua contribuição ao sistema agroindustrial global que ameaça a soberania alimentar dos povos e por exportar o modelo colonial desenvolvido em detrimento da Palestina.

Outro país latino-americano que importou armas, e tecnologias militares e agrícolas israelenses faz décadas, é a Colômbia, como destacado em um relatório do BDS. Nesse país, o agronegócio israelense desenvolveu projetos dispendiosos, alguns dos quais fracassaram em circunstâncias duvidosas.



16

↑ Foto: Gaby
Giacometti, GENERXS
DIVERSXS_MEDIOS, 12
de outubro



→ Foto: Gaby
Giacometti, GENERXS
DIVERSXS_MEDIOS, 2 de
outubro, Quito



← Foto: Micaela Andino, GENERXS DIVERSXS_MEDIOS Comuna Quito, 12 de outubro

↓ Foto: Gaby Giacometti, GENERXS DIVERSXS Quito, 12 de octubre





↑ Mulheres em ritual. Foto: Gaby Giacometti, GENERXS DIVERSXS

↓ Frank Caiza, GENERXS DIVERSXS_MEDIOS Quito, 23 de setembro



EQUADOR: UMA GREVE DE COMUNIDADE E TERRITÓRIO UMA EXAUSTÃO FRENTE AO MEDO, À IMPUNIDADE, AO DESAMPARO E À PILHAGEM DIÁRIA

19

Fernanda Vallejo

17 DE OUTUBRO DE 2025

Já se passaram vinte e seis dias desde o início da greve nacional convocada pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), e a contagem continua. Dias em que o terror não deixou de surpreender por sua capacidade ilimitada de ser exercido. Mas a dignidade, os cuidados e a comunidade se erguem para deter o projeto de destruição planetária que está sendo implementado neste pequeno país num recanto da América do Sul.

Foto: Micaela Andino, GENERXS DIVERSXS
San Miguel del Común, 12 de outubro



Em 12 de setembro deste ano, o governo promulgou o Decreto 126, que determina a eliminação do subsídio ao diesel, lançando fogo numa situação que leva anos acumulando descontentamentos. Mas esta greve não se resume ao diesel. Trata-se da exaustão frente ao medo, à impunidade, à vulnerabilidade e à pilhagem diária, obscena e descarada. Vai das mortes violentas que fomos forçados não apenas a suportar, mas, pior ainda, a nos acostumar. Trata-se das quatro crianças afrodescendentes de um bairro pobre de Guayaquil, sequestradas, cruelmente torturadas e assassinadas pelo exército, com um ministro da Defesa que ousou ameaçar a juíza que exigiu que fossem mostrados. Trata-se também dos 35 desaparecimentos forçados de jovens camponeses pobres e de pele escura pelas mãos do exército.

Trata-se de leis e consultas populares desrespeitadas, de referendos promovidos pelo governo para avaliar a popularidade, cujos resultados também são ignorados, de eleições fraudadas sem respeito pelas regras do jogo, de resultados eleitorais suspeitos. Trata-se de uma Constituição sistematicamente violada, da tomada perversa e ilegal de todas as instituições, destruindo cada vestígio de ordem institucional, sitiando a já frágil democracia do país. Trata-se de meses na escuridão com cortes de energia de até 14 horas por dia devido à falta de investimento público; de recém-nascidos que morrem porque os hospitais não têm nem mesmo cânulas de dois dólares, de pacientes renais que imploram por atendimento há dois anos, de pacientes com câncer e com doenças catastróficas que não recebem seus medicamentos porque máfias dentro do Estado lucram com a medicina do povo.

Para chegar a esta greve, a população aguentou a imposição de dívidas que terá de pagar sem nunca ter visto o dinheiro, suportou a espetacularização da violência e do medo, tolerou funcionários do governo assinando contratos multimilionários com seus familiares, bem como concessões de mineração nas quais eles também têm interesses, suportou governantes negociando com membros de máfias transnacionais, sem que nenhuma autoridade tome providências. E, durante todo esse tempo, uma campanha de propaganda entorpecedora que aliena até o cidadão mais consciente.

No dia seguinte ao decreto, a cidade de Cuenca inundou as ruas com um rio de vozes dizendo ao governo que seus *páramos*, de onde vem a água pura que bebem diariamente, não devem ser tocados. Reiteraram sua decisão, tomada em referendo popular, de que os negócios de sua família (com a mineradora canadense Dundee Precious Metals - DPM) não valem mais do que a própria vida.

Partindo do pressuposto de que o Movimento Indígena não se calaria, o presidente Noboa transferiu a sede do governo para Latacunga, na província de Cotopaxi, território de onde emergiram as principais forças

de resistência durante as duas últimas greves (2019 e 2022). Presumimos que o cálculo era isolar qualquer mobilização em Quito, desde sua origem. A transferência incluiu um enorme contingente militar e policial que cercou completamente o centro da cidade. Um exército de ocupação em territórios indígenas.

Em 18 de setembro, a CONAIE convocou uma Greve Nacional imediata e por tempo indeterminado. Ações de resistência eclodiram em diversas províncias do país, incluindo Cotopaxi (Serra Central), onde ainda não havia ganhado força, mas onde já tinham acontecido ataques com armas de fogo por parte dos militares. O sinal da TV MICC, canal comunitário do Movimento Indígena de Cotopaxi, foi cortado. Contas bancárias de organizações, líderes e até mesmo ONGs foram bloqueadas.

As manifestações mais intensas ocorreram em diversas comunidades de Imbabura, principalmente em Cotacachi, Otavalo e Ibarra, articuladas por organizações Kichwa de diferentes aldeias.

A repressão se intensifica. A polícia atropela um manifestante com um veículo e prende 12 membros da comunidade, que são levados sem o devido processo legal para prisões de segurança máxima em Manabí e Esmeraldas, no litoral equatoriano. Dias depois, uma juíza determina seu retorno aos seus territórios, ordem que é desobedecida por mais de uma semana. A narrativa de que a resistência indígena é terrorista é propagada para justificar a intimidação, a arbitrariedade e o risco à vida dos detidos.

Os bloqueios não param. Enquanto isso, Noboa distribui vales-alimentação, tratores, porcos e qualquer outra ajuda que consiga encontrar para legitimar sua imagem diante dos protestos.

Vale ressaltar que, na realidade, os donativos não foram totalmente entregues. Em 24 de setembro, Noboa vai a Otavalo para distribuir os vales e declara: "Se eles querem que saiamos de seus territórios, nós os expulsaremos do país".

Os protestos se intensificaram em várias províncias da Serra: há marchas e ocupações em Quito, Guayaquil e Cuenca, e começam agressões contra jornalistas. Noboa deixa Otavalo de helicóptero e é vaiado em Ibarra.

Poucos dias depois, envia o primeiro comboio militar para Imbabura à noite, cortando a eletricidade e o serviço de telefonia celular e avançando enquanto bombardeava, aterrorizava e invadia chácaras e casas. Ao amanhecer, durante um confronto com moradores perto de Cotacachi, Efraín Fuérez, um morador de Cuicocha, foi morto com três tiros nas costas. Quando alguém tentou remover o corpo para destruir provas, um companheiro literalmente o protegeu com sua própria vida e foi brutalmente espancado.

As mobilizações e os bloqueios continuam em outubro. O governo mantém uma estratégia de "bombas"

mediáticas, como a suposta tentativa de assassinato, acusando membros da comunidade de Cañar que protestavam na rodovia no momento da passagem do governo — uma farsa que foi replicada em todos os principais veículos de comunicação internacionais e cuja veracidade durou apenas algumas horas. Em uma demonstração ostentosa e grotesca, divulgou imagens de aviões e tanques com esquadrões militares chegando a Quito para impedir a “invasão” dos indígenas, quando havia sido anunciada uma grande marcha na capital com moradores dos bairros, artistas e outros grupos urbanos. O presidente do povo Kitu-Kara lembrou à imprensa que a CONAIE não estava vindo para Quito. A CONAIE sempre esteve em Quito, em suas mais de 150 comunidades assentadas na região metropolitana.

O destacamento armado foi exorbitante. A ordem era impedir que as pessoas se reunissem. Apesar de tudo, as marchas vindas do norte e do sul conseguiram chegar ao Parque El Arbolito, na região centro-norte da cidade, onde foram violentamente atacadas. Simultaneamente, a comunidade de San Miguel del Común, ao norte de Quito, que havia sido reprimida dois dias antes, enfrenta o cerco e a ocupação violenta de seu território e de suas casas, assim como havia ocorrido em Imbabura. Nada a celebrar nesse dia 12 de outubro, uma vez mais a jornada deixou muitos feridos e detidos.

Ao mesmo tempo, leis inconstitucionais que beneficiam apenas a oligarquia e as corporações transnacionais continuam sendo aprovadas. Noboa perdoou a si mesmo uma dívida de imposto de renda de 93 milhões de dólares, e o FMI o recompensou com o desembolso de outros US\$ 600 milhões em dívidas. Mais contas pessoais, organizacionais e institucionais continuam sendo bloqueadas. Foi retomada a estigmatização do Movimento Indígena como terrorista ou financiado pelo terrorismo e pela mineração ilegal. Eles são assinalados como o alvo militar. Enquanto a luta continua, Noboa persiste em promover o voto “Sim” em um referendo popular imposto ao Tribunal Constitucional, que busca dismantlar a Constituição atual e as garantias de direitos para os povos, territórios, natureza e trabalho, permitir a instalação de bases militares estrangeiras e a eliminação de todas as formas de oposição democrática.

Na madrugada do 23º dia da greve, ele volta a enviar outro “comboio humanitário” com centenas de militares e suprimentos para reabrir definitivamente as estradas e encerrar a greve de uma vez por todas.

O horror e a violência desencadeados contra a população são sem precedentes neste país: centenas de pessoas gravemente feridas foram impedidas pelo exército de receberem atendimento médico em hospitais, e um jornalista comunitário é baleado durante uma transmissão ao vivo.

José Guamán, membro da comunidade de Cachiviro, em Otavalo, é assassinado, casas são invadidas sem ordem judicial, e crianças e idosos sofrem de asfixia devido à nuvem interminável de gases. Em Saraguro, Rosa Elena Paqui, uma líder comunitária idosa, morre devido aos efeitos dos gases usados. No dia seguinte, o ministro do Interior força os líderes locais a uma mesa de diálogo espúria, oferecendo os detidos como moeda de troca. A greve continua, apesar do anúncio público do ministro de que ela havia terminado. As comunidades indicam que não foi essa a mensagem que enviaram aos seus líderes. Imbabura permanece com as vias fechadas. Em Quito, os protestos continuam, e a polícia e o exército violam a autonomia da Universidade Central para encurralar os estudantes e professores que estão se manifestando.

Milhares de comunidades estão enfrentando a hidra da guerra governamental, travada por meios econômicos, judiciais, midiáticos e militares, lutando em todos os territórios com todas as suas formas de resistência solidária. Organizações urbanas e rurais se unem para lutar e cuidar, veículos de comunicação comunitários, estoques de medicamentos e suprimentos que milagrosamente chegam aos seus destinos, enormes panelas de comida sendo preparadas diariamente, artistas pintando os nomes dos caídos em muros por todo o país, canções e vídeos, protestos em muitos países. Para cada batida de tambor, um NÃO. Para cada golpe, uma rebelião. Para cada mentira, uma verdade.

A estratégia sionista-americana de controlar a América Latina para evitar ficar de fora da nova ordem mundial não é exclusiva do Equador. Neste momento, uma guerra declarada contra o povo está sendo travada dolorosamente no Peru, na Argentina e no Paraguai. Fogo e sangue sobre os povos originários, inclusive no México, visando mais uma vez as comunidades zapatistas. O império declarou guerra à comunidade, à terra, à própria vida. Eles estão vindo para os países, querendo abrir caminho para a depredação final. Estão vindo para o extermínio de crianças, doentes, idosos, deficientes, indígenas e negros. Estão vindo para o território vital.

Mas é isso que somos: persistentes, sem armas, mas com garra, e com esta garra carregamos a esperança.

Notas:

... E acho que esse é o nosso maior pecado como povos indígenas: ter aprendido a compreender, a levantar nossas vozes... Francisco Cabascango, líder da água em Caluquí-Otavalo <https://www.facebook.com/watch/?ref=saved&v=777041511824285>

Isabel Paqui Quizhpe “Minha mãe não é uma terrorista, ela carrega seu xale e uma mochila de esperanças” Voces Azuayas, 8 de outubro de 2025. <https://vocesazuayas.com/author/isabel-paqui/> “Vocês morrem pelo presidente, nós morremos pelo povo.”

Daniela Fonseca, Rádio Pichincha https://www.radiopichincha.com/despliegue-militar-manifestantes-otavalo/?fbclid=IwY2xjawNcCIVleHRuA2FlbQlxMABicmlkETFFVEZMUUd1ToZBaUNpZ3Q2AR4Lqebv17-MON5JVMb_e4l5WBqXSBRnNytICThlpQblHi3GUBcVsSbvtqQ_aem_gPW55jkxZRstCPMyZLKAwQ



↑ Foto: Gaby Giacometti, GENERXS DIVERSXS

↓ Foto: Frank Caiza, GENERXS DIVERSXS_MEDIOS
Huaycopungo, Imbabura, 29 de setembro





Ilustrações de Giovanna Joo que aparecem em Tramas, um projeto de pesquisa-ação da Coalizão Feminista Decolonial de Justiça Digital e Ambiental

Água e energia para as pessoas ou para as corporações tecnológicas?

Silvia Ribeiro

Em Querétaro, no México, os governos estadual e federal responderam a essa pergunta com suas ações: a água vem em primeiro lugar para as grandes empresas de tecnologia, como Amazon, Microsoft e Google. Depois que outras indústrias esgotarem os poços de água subterrânea e aquíferos dessa região,

o que restar será alocado para as titãs tecnológicas globais. As mesmas que controlam mais de dois terços das nuvens computacionais, onde é armazenada a maior parte das informações digitais de indivíduos, instituições educacionais, de saúde, agências governamentais e outros. Essa é a vasta base para seus negócios, que incluem o apoio ao genocídio na Palestina e o desenvolvimento de sistemas extremos de vigilância da população. (<https://shorturl.at/nGltb>)

No último ano, três das maiores empresas de tecnologia do mundo, Amazon Web Services (AWS), Google e agora CloudHQ, anunciaram seus planos de estabelecer operações em Querétaro, somando-se a investimentos bilionários anteriores feitos por essas e outras empresas, como o Microsoft Azure. Elas estão instalando data centers de hiperescala, dimensão exigida pelos novos sistemas de inteligência artificial.

Os data centers são a base física das nuvens computacionais e do tráfego digital. Sua hiperescala envolve milhares de computadores interconectados, que exigem imensos volumes de energia constante e água para resfriar o calor que geram. Eles também são fontes de ruído constante. Apesar dessas condições, data centers estão sendo instalados em quase todo o mundo sem consulta prévia e desconsiderando o bem-estar das populações locais e indígenas. O crescimento explosivo da inteligência artificial generativa, especialmente para seu uso em sistemas como o ChatGPT e similares, desencadeou uma proliferação de data centers cada vez maiores. Na América Latina, os principais polos de data centers (hubs) estão em São Paulo, Bra-

sil, em Querétaro, México e nos arredores de Santiago, em Quilicura, no Chile. Em seguida, vêm as instalações na Colômbia e na Argentina. (<https://shorturl.at/zzO8b>)

Em todos os países do continente que abrigam grandes data centers, as Big Techs recebem inúmeras vantagens: isenções fiscais, terrenos gratuitos ou subsidiados, acessos altamente favoráveis a água limpa e energia, e pouca ou nenhuma regulamentação ou supervisão. Elas mal precisam apresentar alguns documentos formais (como um estudo de impacto ambiental) que não são monitorados nem auditados. Na Argentina e em El Salvador, elas foram explicitamente convidadas a instalar suas operações, sem condições e com substancial apoio do Estado. Dessa forma, as empresas mais ricas do mundo se apropriam de abundantes subsídios ambientais e do erário público.

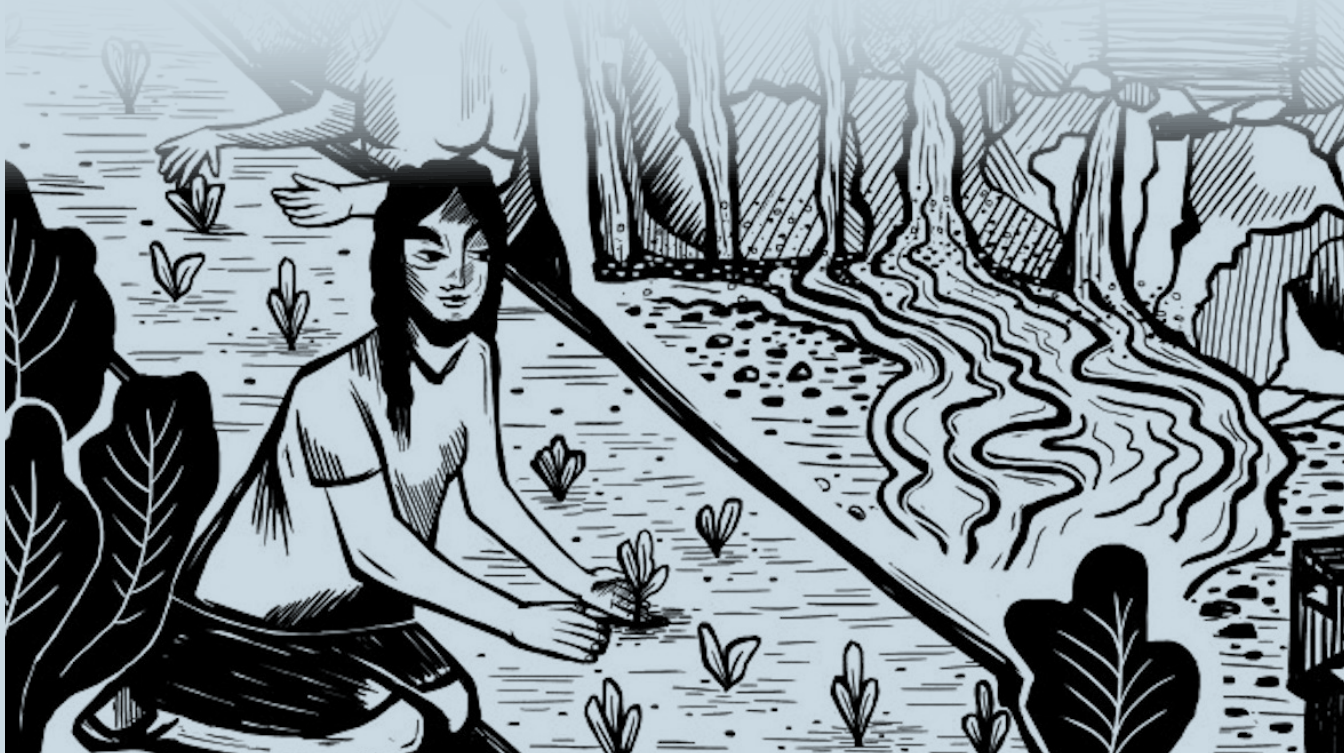
Na Argentina, o presidente Javier Milei anunciou em outubro de 2025 que apoiará com recursos públicos a instalação de um data center em hiperescala na Patagônia pela OpenAI, proprietária do ChatGPT. Este projeto, com um custo estimado entre 7 e 10 bilhões de dólares, se beneficiará do chamado Regime de Incentivo a Grandes Investimentos (RIGI). Ele também está vinculado ao desenvolvimento de novas usinas nucleares a serem financiadas pelo Estado.

Os governos consideram que os investimentos das grandes empresas de tecnologia em seus países, especialmente a instalação de data centers, são inerentemente positivos, pois os associam ao alinhamento com as tendências tecnológicas dominantes e com as indústrias cujos lucros mais cresceram nos últimos anos. No entanto, essas megas da tecnologia praticamente não

deixam lucros em nossos países, já que sequer pagam impostos, e provocam enormes custos ambientais e despesas com infraestrutura. Embora prometam criar centenas ou milhares de novos empregos, isso não se concretiza. Uma vez concluída a fase de construção, os data centers não exigem muita mão de obra, e grande parte de sua operação é automatizada. Na verdade, o oposto é verdadeiro: a crescente digitalização das atividades industriais, de serviços e governamentais está reduzindo as oportunidades de emprego nos países.

Nos últimos dois anos, aumentaram as evidências e relatórios — incluindo os da ONU — que demonstram que os data centers são consumidores vorazes de água potável e de energia. É o setor industrial de crescimento mais rápido globalmente em termos de percentual da demanda de energia. Em 2022, os data centers em todo o mundo consumiam mais energia do que países inteiros de alto consumo, como a França (8º lugar na lista de consumo global). Estima-se que até 2026 eles terão dobrado suas demandas de energia e água. Em 2020, a indústria digital emitia entre 1,53% e 3,2% das emissões globais de gases de efeito estufa que provocam mudanças climáticas, superando as emissões de todo o transporte marítimo ou da aviação internacional. Dado o ritmo vertiginoso de crescimento desse setor, eles já ultrapassaram em muito esses percentuais. (<https://shorturl.at/Hzlhg>)

Suas instalações exigem acesso a energia constante e barata, bem como a enormes volumes de água para refrigeração. As empresas preferem usar água potável e/ou aquíferos com água limpa para evitar o tratamento necessário para seu uso no resfriamento constante de suas torres com milhares de computadores.





Isso significa que elas competem pelo acesso à água e energia com as populações vizinhas, piorando e encarecendo os serviços de água e eletricidade. Nos Estados Unidos, o país com o maior número de data centers, uma investigação da Bloomberg mostrou que mais de 75% das cidades que sofreram aumentos significativos em apagões e outras interrupções no fornecimento de energia elétrica estão a menos de 80 quilômetros de algum data center. (<https://shorturl.at/IM7x1>)

Essa questão, e fundamentalmente a disputa pela água com as comunidades ao redor dos data centers, desencadeou dezenas de lutas, movimentos de resistência e protestos locais nos Estados Unidos, na Europa, e também no Uruguai, México e Chile. As empresas de tecnologia operam com grande opacidade e, em vários países, foi necessário levá-las aos tribunais para obrigá-las a declarar seu consumo real de água. (<https://shorturl.at/ZJKy3>, <https://www.tramas.digital/es/>)

No caso de Querétaro, uma região árida, a água utilizada pelas indústrias provém, em grande parte, do aquífero do Vale de San Juan del Río. Outras indústrias, como a aeroespacial e a automotiva, têm extraído sistematicamente mais água desse aquífero do que sua capacidade de recarga, resultando em um déficit anual de 56,8 bilhões de litros. Muitos poços de água em Querétaro estão enfrentando crises de abastecimento. No entanto, ainda é desse aquífero que as empresas extraem água, e agora grandes empresas de tecnologia estão se somando a elas.

Um estudo da SourceMaterial e do The Guardian mostrou que grandes empresas de tecnologia optaram por se instalar em áreas áridas porque isso reduz o custo de prevenção da corrosão de seus equipamentos (<https://shorturl.at/HvEoB>). Além disso, elas contam com a cooperação das autoridades para acessar a água subterrânea e/ou utilizar a água potável tratada da população. Em Querétaro, a aprovação da lei estadual de serviços de água em 2022 significou sua privatização de fato, de modo que o governo estadual não considera necessário questionar as empresas de tecnologia sobre seus níveis de consumo ou nem tampouco fiscalizar se elas estão cumprindo com seu compromisso declarado de usar sistemas de refrigeração que exigem menos água (<https://shorturl.at/JkDw>).

Como os protestos se multiplicaram, as empresas de tecnologia prometem, no México e em outros países, utilizar sistemas alternativos de refrigeração. No entanto, esses sistemas demandam mais energia, o que levou ao aumento do consumo energético dos data centers, geralmente proveniente de combustíveis fósseis, e também resultou que as Big Tech tenham contratos e/ou pressionem pela expansão da energia nuclear, outro pesadelo em formação. (<https://shorturl.at/Cwxam>).

Os impactos ambientais, sociais e predatórios dos recursos básicos decorrentes da instalação das indústrias digitais e data centers de hiperescala na América Latina representam uma nova onda de colonialismo disfarçada de “progresso tecnológico”, que beneficia apenas as corporações mais ricas e poderosas do mundo.



Nyéléni: aposta pela esperança

Grupo ETC

Em um mundo marcado pelo avanço do autoritarismo, pelas crises alimentar, sanitária e climática, e pela pilhagem de bens comuns, os movimentos que compõem o processo Nyéléni reafirmam algo radical: a esperança. Uma esperança organizada, coletiva, tecida desde a base e ancorada na convicção de que a soberania alimentar continua sendo o caminho para a justiça social, ecológica e digital.

O processo Nyéléni, nascido há quase duas décadas como uma confluência de movimentos camponeses, indígenas, feministas e urbanos, voltou a reunir-se, desta vez em Kandy, Sri Lanka, para dar mais um passo: chegar a um consenso sobre uma Agenda Política Comum que articula lutas diversas contra as múltiplas crises do capitalismo global. Essa agenda, longe de ser uma lista de reivindicações, constitui-se num mapa político que expressa a maturidade de um movimento internacional que não se limita à resistência, mas que imagina e constrói alternativas sistêmicas.

Um momento histórico de convergência

O encontro de Kandy marcou um ponto de virada. Após anos de fragmentação e isolamento impostos pela pandemia, o encontro presencial permitiu retomar a pulsação coletiva da articulação global pela soberania alimentar. Entre os participantes estavam representantes camponesas e camponeses, de pesca artesanal, povos indígenas, trabalhadores rurais, ambientalistas, consumidores, povos pastoris e coletores, migrantes, ativistas contra o racismo, pela justiça digital e pela medicina social, e pelo direito à saúde para todos e todas, além de mulheres e jovens de todos os continentes.

Em Kandy, se viveu um exercício político de escuta,

memória e estratégia. A história de Nyéléni foi resgatada como processo e não como evento. Desde o histórico fórum em Selingué, Mali, em 2007, onde a definição de soberania alimentar foi consolidada, até as inúmeras convergências regionais e setoriais que se seguiram, o espírito de Nyéléni foi sempre o de articular a diversidade sem perder de vista o horizonte comum.

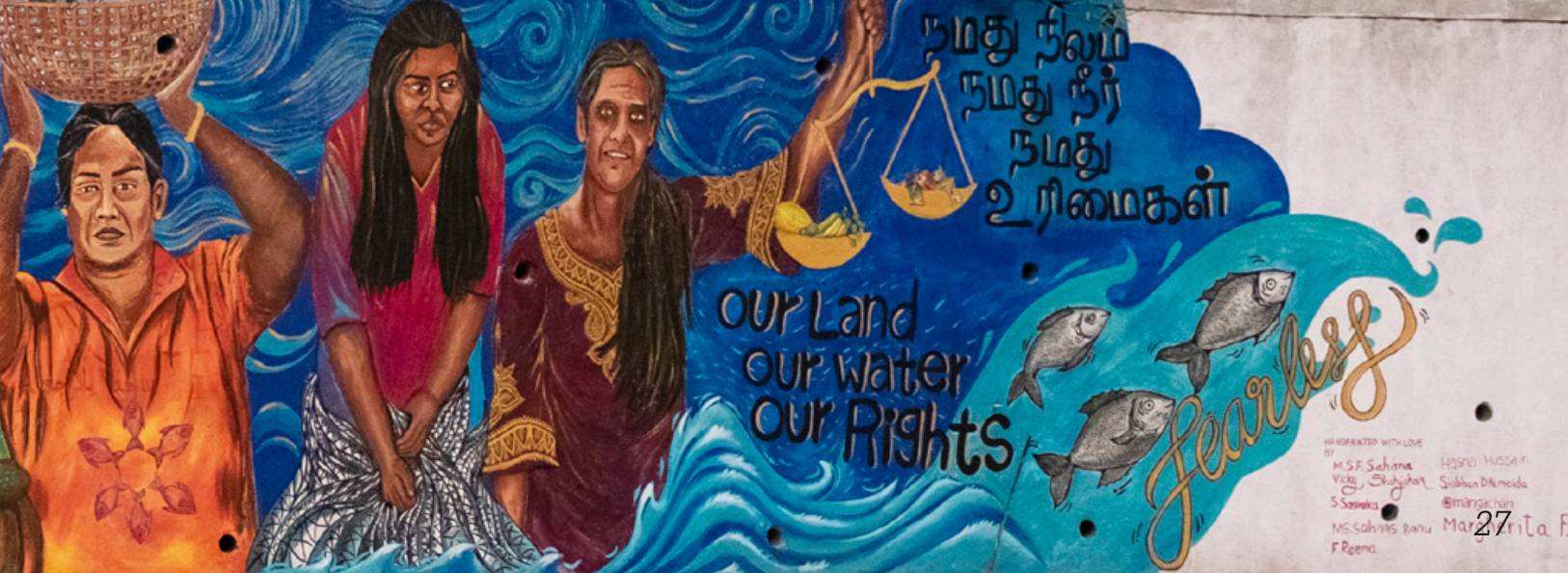
Neste novo ciclo, essa articulação enfrenta um contexto mais complexo: a concentração corporativa sem precedentes, a financeirização da natureza, a crise alimentar e sanitária, a digitalização do campo, as novas formas de colonialismo verde, a dívida e as guerras. Frente a isso, o processo Nyéléni reafirma que as soluções reais para a fome, a crise climática e o genocídio não virão das corporações ou dos mercados de carbono, mas dos povos organizados.

A esperança como prática política

“Nyéléni aposta na esperança” não é um slogan vazio. É uma decisão política que se traduz em ação. Nos debates de Kandy, a esperança foi redefinida como uma forma de resistência ativa, uma força que desafia o desespero induzido pelos sistemas de dominação.

Essa esperança se expressa em múltiplos níveis: em lutas locais pela terra, água e sementes, em redes globais que confrontam a privatização da natureza, e em processos de educação política que fortalecem a consciência coletiva. A esperança, entendida dessa forma, não é um sentimento individual, mas uma ferramenta para a construção do poder popular.

Na Agenda Política Comum, essa abordagem se materializa em três dimensões principais: a ação coletiva, a convergência de lutas e a transformação sistêmica.



Ação coletiva: do local ao global

O primeiro pilar da Agenda é a ação coletiva. Não se trata de coordenar de maneira burocrática, mas de empoderar os povos para que atuem simultaneamente em diferentes níveis. Enfatiza que a ação global não deve ser desconectada das realidades locais, uma vez que o global é um reflexo das lutas territoriais.

Portanto, a Agenda propõe uma interpretação multiescalar da ação política: desde as assembleias comunitárias até os fóruns internacionais, incluindo espaços nacionais e regionais onde são definidas as políticas agrícolas, ambientais e digitais.

Nesse contexto, os movimentos concordaram em relançar dias internacionais de mobilização e solidariedade, fortalecer as campanhas contra a grilagem de terras, a privatização dos serviços de saúde, o controle corporativo de sementes e a mercantilização da água, e desenvolver uma formação política comum que articule saberes feministas, antirracistas e agroecológicos.

A ação coletiva é, portanto, concebida como uma prática integral: semear, cuidar, resistir e comunicar a partir dos territórios, conectando cada luta a uma visão global de transformação.

Convergência de lutas: tecendo a partir das diferenças

O segundo pilar é a convergência. Em tempos em que a fragmentação e a competição dividem até mesmo aqueles que resistem, Nyéléni aposta em tecer alianças amplas sem diluir identidades. A convergência implica reconhecimento mútuo entre movimentos com trajetórias diversas, mas objetivos compartilhados.

Em Kandy, esse princípio se traduziu em um compromisso explícito: fortalecer os espaços de convergência existentes, tanto dentro do processo Nyéléni quanto em articulações irmãs, e respeitar os acordos alcançados coletivamente. As organizações reafirmaram seu apoio aos espaços de convergência global e regional, como aqueles que promovem a agroecologia, a aten-

ção integral à saúde primária, a justiça climática e a soberania tecnológica.

As nove áreas de ação definidas em Kandy refletem essa diversidade: da defesa de territórios e sementes à luta contra o imperialismo, a guerra, o patriarcado e o racismo estrutural. Cada uma delas se conecta com outras lutas: a digitalização da agricultura com a justiça de dados; a mercantilização da natureza com falsas soluções climáticas; a precarização laboral com as economias populares e feministas.

Nyéléni entende que a esperança não se constrói isoladamente, mas na confluência daqueles que resistem em distintas frentes.

Transformação sistêmica: mudar tudo

O terceiro pilar da Agenda é a transformação sistêmica. A soberania alimentar não é uma política setorial ou um slogan. É uma proposta de reorganização profunda das relações entre povos, natureza e economia.

Nessa perspectiva, os movimentos que integram Nyéléni não se limitam a reivindicar reformas: buscam mudar as regras do jogo. Propõem uma economia centrada na vida, e não no lucro, onde o alimento deixe de ser uma mercadoria e volte a ser um direito e uma prática cultural.

Isso implica dismantelar os pilares do sistema atual: o livre comércio, a agricultura industrial e a financeirização da natureza. Mas também significa criar alternativas concretas: redes locais de produção e consumo, mercados solidários, sistemas de conhecimento comunitário e tecnologias apropriadas.

Os movimentos alertam para o avanço das grandes corporações digitais (Bayer, Microsoft, Amazon, Alphabet) na captura de dados agrícolas e na reconfiguração do campo sob lógicas de vigilância e controle. Em resposta, surge a necessidade de uma governança de dados baseada na justiça, na transparência e na autodeterminação dos povos.

Assim, a Agenda Política Comum vincula a soberania

Fotos da reunião de Nyeleni. Grupo ETC



nia alimentar à justiça digital, reconhecendo que a luta pela terra e pelas sementes hoje inclui também a defesa da informação digitalizada e dos espaços digitais.

Feminismo, juventude e memória

A força do processo Nyéléni reside na sua diversidade. As mulheres, as diversidades e os jovens ocupam um lugar central não só como sujeitos de direitos, mas também como portadores de saberes, lideranças e novas narrativas.

O feminismo popular permeia toda a Agenda. Não se trata de adicionar uma “perspectiva de gênero”, mas de reconhecer que sem o feminismo, não há transformação possível. As lutas contra a violência patriarcal, a divisão sexual do trabalho e a mercantilização dos corpos estão intrinsecamente ligadas à defesa da vida e dos territórios.

Da mesma forma, a juventude é vista como uma força política transformadora. Não apenas como uma substituição geracional, mas como protagonistas de novas formas de organização, comunicação e resistência. Em Kandy, as e os jovens levantaram a necessidade urgente de repolitizar a esperança, de imaginar futuros que não repitam os erros do passado.

A memória também desempenha um papel vital. Recordar aqueles que semearam antes, as lutas campo-

nasas, os povos originários, as mulheres que resistiram à fome e à guerra, é uma forma de reafirmar a continuidade de um projeto histórico. Nas palavras de uma participante africana: “Não estamos começando do zero; somos a continuação de uma longa história de dignidade.”

Comunicação e formação: construir narrativa e consciência

A Agenda reconhece que a comunicação popular e a formação política são estratégias fundamentais.

Num contexto de sobrecarga de informação e manipulação midiática, contar as nossas próprias histórias torna-se uma tarefa política. As rádios comunitárias, os meios de comunicação alternativos, as redes feministas e camponesas são ferramentas para contrapor a narrativa hegemônica do agronegócio e do tecnosolucionismo.

Ao mesmo tempo, a formação política procura fortalecer a consciência coletiva. Um processo de aprendizagem mútua que combina saberes acadêmicos, ancestrais e de luta. A proposta de criar escolas políticas em Nyéléni busca precisamente isso: um espaço onde as novas gerações possam ser formadas nos princípios da soberania alimentar, do feminismo popular e da justiça ecológica.

Internacionalismo e solidariedade: um horizonte comum

O espírito internacionalista segue sendo a alma do processo de Nyéléni. Em um contexto de guerras, genocídios e muros, os movimentos reafirmam que a solidariedade entre os povos é a única saída possível. A Palestina esteve no centro do encontro todos os dias.

Portanto, a Agenda propõe um Dia Mundial de Mobilização contra o imperialismo, a guerra e o uso da fome e da destruição dos sistemas de saúde como armas, bem como um Dia Nyéléni anual para celebrar a vida e a resistência a partir dos territórios. São atos de construção de poder coletivo, de afirmação que os povos do mundo podem se coordenar para defender a vida frente à devastação.

Uma Aposta no Futuro

Nyéléni aposta na esperança porque acredita na possibilidade real de uma mudança sistêmica. Essa esperança é semeada em cada horta comunitária, em cada escola camponesa, em cada centro de saúde comunitário, em cada aliança internacional. É uma esperança que age, transforma e se multiplica.

Como disse uma das participantes em Kandy: “A esperança é o ato mais revolucionário quando tudo nos leva a desistir”.

Hoje, Nyéléni nos lembra que a soberania alimentar não é apenas um direito ou uma política: é um modo de vida, uma ética e uma promessa coletiva de futuro.

A revista *Biodiversidade, sustento e culturas* em versão digital está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad y en www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:

<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações-chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org y www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguay (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

CLOC- Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía-COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>)

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colombia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES-Amigos de la Tierra, Uruguay (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página:

http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Henry Picado

rcbcostarica@gmail.com

